



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE JANEIRO DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Amélia Cavaleiro Montelro de Andrade de Azevedo

Maria José Paulo Sampalo

José Manuel Mala Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Aprovados os n.ºs 18 e 19 do Diário, deu-se conta do expediente e da apresentação de três petições e de vários requerimentos.

O Sr. Deputado Carlos Lage (PS) evocou a passagem de mais um aniversário do 31 de Janeiro de 1891, associando também na evocação a data de 3 de Fevereiro de 1977.

Usaram igualmente da palavra sobre aquelas datas, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Cunha Leal (PSD), Oliveira Dias (CDS), Jorge Leite (PCP) e Acácio Barreiros (UDP).

O Sr. Deputado Olivio França (PSD), depois de algumas palavras sobre as datas atrás referidas, teceu considerações sobre as formas que deve revestir a luta contra a droga, designadamente por parte dos jovens.

O Sr. Deputado Manuel Moita (PCP), a propósito do próximo início da campanha agrícola da Primavera, foi de opinião que o País deve ser encaminhado para uma política de auto-abastecimento dos produtos alimentares de que carece, tecendo críticas à actuação do ex-responsável do Ministério da Agricultura e Pescas no domínio da Reforma Agrária e advogando a adopção de medidas capazes de incrementar a produção.

Depois de o Sr. Deputado Alexandre Reigoto (CDS) ler um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição dos Deputados centristas que fazem parte do II Governo Constitucional, usou da palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP) para, referindo-se ao facto de o grupo parlamentar do seu partido ter recebido recentemente uma delegação de representantes dos trabalhadores da empresa Construções Técnicas, que lhe apresentou uma exposição sobre o agravamento dos conflitos sociais existentes em várias frentes de trabalho, nomeadamente nas barragens da Aguieira e da Raiva e na central termoelectrica de Setúbal, criticar a administração da empresa pela repressão que tem exercido sobre os trabalhadores.

O Sr. Deputado Pires Fontoura (PSD), aludindo às muitas carências que obstam à entrada do progresso nas terras de Trás-os-Montes, defendeu a indispensabilidade de vias de comu-

nicação funcionais, absolutamente prioritárias no processo global de desenvolvimento daquela região.

O Sr. Deputado Bento de Azevedo (PS) voltou a abordar o problema do cooperativismo em Portugal, que, em sua opinião, deve ser incrementado e consolidado, advogando para o efeito, como medidas prioritárias, a revisão urgente da legislação ainda em vigor desde 1867, a formação de cooperadores, o incentivo às iniciativas válidas, a intensificação do crédito bonificado e a difusão do cooperativismo a todos os níveis do ensino.

Depois de lido um comunicado do Grupo Parlamentar do PS informando sobre quais os Deputados do partido que retomavam o respectivo mandato, que continuavam com o mandato suspenso, que o suspendiam ou cessavam, em resultado da formação do II Governo Constitucional, o Sr. Presidente, informando que a matéria que estava destinada para ordem do dia não podia ser apreciada, deu a sessão por encerrada às 18 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Alvaro Monteiro.
Amadeu da Silva Cruz.
António Barros dos Santos.
António Cândido Macedo.

António Chaves Medeiros.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Pinheiro Silva.
 António Miguel de Moraes Barreto.
 António Riço Calado.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Alberto Andrade Neves
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos J. Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Etelvina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Reis Luís.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João Joaquim Gomes.
 João Soares Louro.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Medeiros Ferreira
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano Albuquerque de Almeida Leitão.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís José Godinho Cid.
 Luís Patrício Rosado Gonçalves.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Raúl d'Assunção Pimenta Régio.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Telmo Ferreira Neto.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.

António Júlio Simões de Aguiar.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Vasco da Luz Botelho de Paiva.
 José Alberto Ribeiro.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões Costa.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Luís Esteves Ramires.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzarte.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalleira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Victor Henriques Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 147 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
 Eram 15 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Estão em aprovação os n.ºs 18 e 19 do *Diário*.

Há alguma oposição?

Pausa.

Como não há, consideram-se aprovados.

O Sr. Secretário Pinto da Silva vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Pinto da Silva): — Recebemos na Mesa um ofício da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, datado de 24 de Janeiro e dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que é do seguinte teor:

Na reunião extraordinária desta Assembleia, em 21 do corrente mês, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta sobre o assunto indicado em epígrafe, apresentada pelo respectivo grupo de trabalho.

Junto envio a V. Ex.^a uma fotocópia da proposta em referência, agradecendo, se possível, a sua leitura na Assembleia da República, pois se trata de assunto de importância vital para os interesses desta cidade e desta região.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos.

O assunto refere-se à 1.^a fase das obras no porto de Viana do Castelo.

Ofício da Assembleia de Freguesia do Santo Condestável, datado de 24 de Janeiro e dirigido ao Sr. Pre-

sidente da Assembleia da República, enviando uma moção do seguinte teor:

1 — Considerando que planificar as actividades das juntas de freguesia é uma necessidade extremamente urgente;

2 — Considerando que para se poder elaborar um plano de actividades que não seja mero enunciado sem base segura de realização é indispensável conhecer os recursos financeiros com que se pode contar;

3 — Considerando que não é com subsídios incertos e variáveis, sujeitos a injustiças na sua distribuição, que uma junta de freguesia pode concretizar os seus planos;

A Assembleia extraordinária da Junta de Freguesia do Santo Condestável, reunida em 13 de Janeiro de 1978, decide:

Levar à Assembleia da República o seu protesto por não ter sido ainda promulgada a lei de finanças locais, já aprovada na generalidade em Julho de 1977, lei sem a qual as autarquias não poderão cumprir o papel que lhes é atribuído pela nossa Constituição, com grave prejuízo na resolução dos inúmeros problemas que afligem as populações.

Deu-se conta de mais o seguinte expediente:

Exposição

De um grupo de cabos-de-mar dos ex-serviços de marinha ultramarinos sobre a injusta situação em que se encontram em consequência do não cumprimento de disposições contidas no Decreto-Lei n.º 294/76.

Cartas

Da Sociedade Mercantil e Industrial, Lda., do Porto, enviando fotocópia da exposição que dirigiram ao Sr. Comissário para a Renovação da Área Ribeira-Barredo.

Da Comissão Integradora dos Serviços de Saúde locais de Aljustrel, enviando o texto da moção aprovada na sua reunião de 19 do corrente e relativa ao problema dos médicos policlínicos.

De Manuel Alves Soares & C.^a, Lda., do Porto, enviando fotocópia da exposição dirigida ao Sr. Comissário para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo.

Da União dos Sindicatos de Lisboa, enviando a moção aprovada por unanimidade no plenário de sindicatos realizado no dia 25.

Da comissão de trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, enviando fotocópia da moção aprovada por unanimidade na sua reunião do dia 25.

O Sr. Presidente: — Foram apresentadas as seguintes petições: n.º 68/I, do Movimento Pró-Reintegração Nacional dos Despedidos sem Justa Causa, requerendo a elaboração de legislação de acordo com um estado de direito e democrático que desejam ver consolidado

e a reparação urgente das sevícias materiais e morais de que foram vítimas, que baixou à 2.^a Comissão; n.º 114/I, de João Armandinho dos Santos e outros (assembleia de associações e de trabalhadores em França), apresentando um caderno reivindicativo de urgência da emigração (escolaridade, taxas, transportes, associações, acordos, emprego, etc.), que baixou à 9.^a Comissão; n.º 115/I, da comissão encarregada de proceder à rectificação do regimento interno da Assembleia Municipal de Penafiel, em que pede seja esclarecida sobre questões relacionadas com os presidentes das juntas de freguesia, que baixou à 11.^a Comissão; n.º 116/I, de Mapru — Movimento de Agricultores para Uma Melhor Previdência Rural, apresentando o seu caderno reivindicativo aprovado no I Encontro da Previdência Rural (assistência médica e medicamentosa, subsídios, reformas, pensões, abono de família, regime geral da Previdência e tarefas das Casas do Povo), que baixou à 4.^a Comissão.

Foram apresentados, na última sessão, os seguintes requerimentos: ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Sérulo Correia, Marques Mendes, Cunha Rodrigues e Braga Barros; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Marques Mendes; ao Ministério da Educação e Investigação Científica, formulado pelo Sr. Deputado Américo Sequeira; ao Ministério do Comércio e Turismo e à Secretaria de Estado do Comércio Externo, formulado pelo Sr. Deputado António Rebelo de Sousa; ao Ministério dos Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Ângelo Vieira; à Junta Autónoma de Estradas, formulado pelo Sr. Deputado Faria de Almeida.

Srs. Deputados, desejava fazer duas comunicações à Câmara.

A primeira comunicação era lembrar ao Partido Socialista e ao Centro Democrático Social a necessidade de abreviarem a apresentação das suas candidaturas às vice-presidências que estão vagas. Pedia a urgência, na medida do possível, na apresentação desses nomes, para procedermos à sua votação por escrutínio secreto. Isso surge devido ao facto de irmos ter brevemente a apresentação do Programa do Governo e não são dois presidentes que podem aguentar sozinhos essa autêntica maratona.

A segunda comunicação era o anúncio à Câmara da minha intenção — depois farei a exposição com mais detalhe nos grupos parlamentares — de comemorar o 1.º Centenário da Monte de Alexandre Herculano, que deve ser levada a efeito por esta Câmara. Como sabem, Alexandre Herculano foi um dos nossos pares, independentemente do seu grande valor como escritor, pensador e historiador deste país.

O Sr. Deputado Carlos Lage está inscrito para uma intervenção.

Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Lage (PS):—Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tomo a palavra para evocar nesta Assembleia um dia memorável para o nosso país e para a cidade do Porto, um dia escrito a letras de ouro nas páginas da nossa história. Refiro-me ao 31 de Janeiro de 1891, que é hoje comemorado na cidade do Porto com diversas cerimónias, por iniciativa de comissões que para tal efeito se constituíram, e com

tomadas de posição pública de diversas forças políticas da cidade e do distrito.

O 31 de Janeiro é uma data de enorme importância no curso da vida nacional. Episódio grande das lutas pela liberdade, é no 31 de Janeiro que pela primeira vez se dá a ruptura das massas populares e dos democratas com a Monarquia, pela primeira vez a Monarquia é claramente posta em causa, as instituições monárquicas são condenadas e as massas populares da cidade do Porto reivindicam a República, batem-se contra a Monarquia e querem a instauração de uma nova ordem.

O 31 de Janeiro não é somente uma revolta contra a Monarquia. Se assim fosse, podia muito bem cair sob as palavras de alguns ilustres escritores portugueses que achavam que mudar a Monarquia pela República podia ser uma simples mudança de rótulo. Na verdade, o 31 de Janeiro foi uma insurreição de carácter popular, foi um protesto da consciência nacional contra o estado deplorável em que se encontrava o País, contra a miséria, o analfabetismo, a servidão, contra a opressão económica e social das massas populares e sobretudo também um grande roubo da alma nacional contra o protectorado inglês e contra a submissão à Inglaterra que era um escândalo para a consciência democrática e patriótica do País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Todos sabem que o 31 de Janeiro é preparado contra o ultimato que a Inglaterra dirigiu ao nosso país impondo o abandono de territórios localizados na actual Zâmbia e Rodésia, país dos Moccololos e dos Machones.

Aparentemente este episódio tem muito que ver com ambições e interesses coloniais, mas isso seria uma análise meramente superficial. Efectivamente, aquilo que a população do nosso país, aquilo que os trabalhadores e as massas populares portuguesas, os democratas, os progressistas, na altura repudiaram era o estado de submissão à Inglaterra que não hesitou em vilmente sujeitar o País a um ultimato humilhante e que provocou a indignação nacional. Da indignação à revolta passaram-se alguns episódios, mas foi o Porto que teve a honra e a glória de desencadear a primeira revolta contra a Monarquia pela República, protestando contra o estado de decadência e de indignidade em que vivíamos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta revolta não foi uma revolta de personagens ilustres, de aristocratas ou de grandes burgueses, foi a revolta do povo miúdo do Porto, de soldados, de sargentos que a prepararam tão mal que ao fim de algumas horas ela abortaria sob o fogo cerrado da Guarda Municipal do Porto. Mas esse episódio marcou indelevelmente a consciência patriótica do País e serviu de fonte inspiradora para todas as campanhas de propaganda e de lutas contra a Monarquia, que não tinha a mínima capacidade, nas suas instituições liberais, para arrancar o País do atraso, do subdesenvolvimento, da miséria e da submissão à Inglaterra. Depois da proclamação do 5 de

Outubro de 1910, de que este episódio do 31 de Janeiro é uma etapa precursora, esta data continua a celebrar-se como sendo uma data importante nos anais da nossa história. E com o advento do 28 de Maio de 1926, da ditadura militar e do fascismo, o 31 de Janeiro serviu de episódio e de fonte inspiradora para as revoltas, os protestos e as jornadas de luta contra as instituições fascistas que oprimiam e escravizavam o País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta dimensão simbólica do 31 de Janeiro que importa salientar. O 31 de Janeiro não é apenas um facto histórico — não existem factos em bruto —, tem uma construção intelectual e ideológica que é fundamental e uma dimensão simbólica de que se serviram os republicanos, os democratas, os liberais, entre os quais quero salientar os meus camaradas António Macedo e Mário Cal Brandão, que todos os anos, pontualmente, pelo 31 de Janeiro, iam ao cemitério em romagem e faziam discursos em que acusavam o fascismo da opressão que havia no País. Mas não eram só eles, pois todos os democratas portuenses das mais diversas correntes políticas sempre fizeram do 31 de Janeiro uma bandeira de luta e uma jornada cívica pelas liberdades e pela democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta dimensão simbólica do 31 de Janeiro que importa preservar, esta raiva do povo contra o atraso e a decadência, este protesto popular de soldados e do povo miúdo contra uma sociedade isolada e contra uma classe dominante decadente e exploradora. É esta inspiração e este simbolismo que nos interessa agora preservar e não deixar cair como velharia no caixote da história, já que temos a liberdade, já que temos a democracia e uma Constituição que aponta para o socialismo.

É conveniente, é necessário, é imprescindível que o 31 de Janeiro continue a ser celebrado, simbolicamente, contra todas as opressões e tiranias, por uma sociedade melhor. É isso que hoje no Porto vários homens estão a fazer, é isso que logo à noite, num comício, se vai comemorar, com a participação do meu camarada António Macedo que também participa numa comissão em que muitos ilustres cidadãos do Porto estão presentes, como, por exemplo, o Prof. Rui Luís Gomes.

É exactamente esta data importante da nossa história que a Assembleia da República não teria o direito de deixar passar em claro e os Deputados do Porto não podiam esquecer, manifestando aqui mesmo a sua veneração por todos os heróis do 31 de Janeiro de 1891 e por todos os heróis que o comemoraram tantas vezes em condições difíceis, sem liberdade e perseguidos.

Aqui quero prestar homenagem a esse povo do Porto que se manteve sempre irredutível às tiranias e à opressão. Povo do Porto que foi o primeiro a desencadear as lutas liberais, aquele que ajudou a sufocar o migueilismo, aquele onde pela primeira vez se desencadeou uma luta popular contra a Monar-

quia e contra a opressão económica e social. Povo do Porto que continua livre e agora aberto ao socialismo e interessado numa sociedade melhor, como ficou provado em todas as eleições. É esse espírito da cidade do Porto e o espírito do 31 de Janeiro, que tão bem se casam em simbiose perfeita, que nós hoje aqui queremos homenagear e salientar.

Não queria deixar de ler algumas palavras que António Macedo me escreveu e que são referentes a 3 de Fevereiro de 1927. E pronuncio-as também porque nessa data a Assembleia não estará em condições de poder evocar essa data e, como o 3 de Fevereiro de 1927 se insere nessa tradição e nessa luta contra as tiranias e a opressão, eu quero também aqui evocá-lo lendo apenas as palavras que António Macedo escreveu:

A 3 de Fevereiro de 1927 comemora-se a data da primeira revolução contra a ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926. Foi uma revolução popular, pois as forças militares tiveram desde o primeiro momento a adesão e a solidariedade dos civis, que tomaram as ruas ao lado dos militares.

Comandava as forças rebeldes, com quartel-general na Praça da Batalha, o general Saul Dias, os civis tinham como representante o Dr. Jaime Cortesão, que foi designado como governador civil, e as forças fiéis ao Governo eram chefiadas pelo então Ministro da Guerra Passos e Sousa.

Ao fim de três dias de luta e porque as tropas da guarnição da serra do Pilar traíram os revoltosos, estes tiveram de se render. Foi assim que algumas dezenas de oficiais do exército foram presos e deportados para Angra do Heroísmo com residência fixa.

Não é errado associar estas datas, pois elas estão efectivamente na mesma linha de continuidade.

Para terminar esta curta intervenção evocativa do 31 de Janeiro, vou ler as palavras de Basílio Teles, admirável pensador político, historiador incomparável do 31 de Janeiro, as quais dão bem a ideia da importância da data. Esta leitura é também uma homenagem a Basílio Teles, que há muito tempo justifica que seja melhor conhecido dos nossos estudantes, dos democratas portugueses, e melhor estudado pelos jornalistas, comentadores e historiadores da política. São as seguintes as suas palavras:

Qualquer que seja o destino reservado à pátria portuguesa, o 31 de Janeiro de 1891 ficará sendo para ela uma data memorável. Este dia valeu séculos, este momento, à semelhança de outros que conhecemos da história, resumiu, na sua intensa brevidade, todo um passado doloroso e esboçou, numa fórmula indecisa, o segredo de um futuro perturbante.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

O Sr. Cunha Leal (PSD):— Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não perdoamos a nós próprios termos deixado no dia de hoje passar em claro um voto evocativo do 31 de Janeiro de 1891, voto que estaria no nosso ânimo aqui proferir e que o nosso colega Carlos Lage acaba de referir na sua intervenção.

De qualquer maneira, vai V. Ex.^a, Sr. Presidente, permitir que eu, em nome do meu partido, evoque essa data sagrada para todos aqueles que neste país amam os ideais republicanos e a democracia, porque de facto essa data teve um significado enorme para a evolução de tudo quanto viria a passar-se entre nós.

Na realidade, nessa época os ideais republicanos andavam muito por baixo, dada, designadamente, a frustração em que se havia convertido a chamada Liga Patriótica do Norte. Mas o 31 de Janeiro, movimento determinado pelo surto emocional provocado pelo ultimato de 1890, foi já obra, quiçá precipitada, de republicanos e teve o mérito de valer como um toque a rebate da consciência nacional e de fazer suscitar na alma de todos os ideais republicanos, porque também já nessa altura se tinha proclamado a República Portuguesa nos Paços do Concelho da capital do Norte. A partir daí, nomes como os do alferes Malheiro, do capitão Leitão, de Rodrigues de Freitas e de Alves da Veiga passaram a ser proferidos com o respeito devido a todas as glórias da pátria. E foi precisamente o 31 de Janeiro que teve o mérito de, em avalanche, provocar o suntuo emocional que haveria de conduzir à implantação da República no País. Isto porque esse movimento veio pôr em causa aquilo que havia de orgulhoso e de grandioso no passado e aquilo que havia de humilhante no presente que então se vivia, veio pôr em causa os privilégios de uma família que estava rodeada de escândalos, veio pôr em causa certas camarilhas ávidas do Poder que faziam sobrepor os seus próprios interesses aos interesses da pátria. O 31 de Janeiro veio pôr em causa toda uma dinâmica governativa interessada em desenvolver, no bom sentido, o problema da colonização, entregando-a à vocação de uma história antiga, que era a de, sem delonga, conferirmos ao mundo novas pátrias, veio permitir alertar a consciência de todos os portugueses no sentido de se pôr cobro a injustiças que provinham das profundidades da história, qual sejam as cometidas contra a gente humilde do povo português, veio, enfim, permitir entregar ao povo soberano os destinos da sua própria soberania.

Ter-se-á efectivamente conseguido esse desiderato com a implantação da República? Respondo afoitamente que não. Todavia, ficou de tal forma enquistado na alma nacional o sentimento republicano, pelo que ele continha de aspirações lídimas e justas, que, apesar de termos sido governados durante cerca de meio século por homens quase todos eles de cepa monárquica, nunca eles tiveram a coragem de tentar destruir a República para a fazer substituir pela Monarquia. Ora isto com certeza verificou-se porque sabiam perfeitamente que o povo português, que a tudo se havia submetido pela violência da opressão dominadora, não deixaria porventura de resistir a violências desta estirpe, e é isso que explica que ainda hoje vivamos em República.

E que mais podemos nós dizer do 31 de Janeiro? Podemos dizer que, apesar das esperanças quiçá fomentadas, o 31 de Janeiro é um exemplo que se planteia firme diante de todos nós, é o exemplo de que na alma portuguesa jamais se deixou entrar o escalracho daninho da desesperança. E é com os olhos postos nele que ainda hoje, apesar de todos os pesares, o 31 de Janeiro serve como exemplo para dizer que em nenhuma circunstância nós, portugueses, haveremos de desesperar da República e da causa democrática. É este, para nós, o verdadeiro sentido do 31 de Janeiro.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois das palavras eloquentes dos Srs. Deputados Carlos Lage e Cunha Leal, eu queria, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, exprimir à Câmara todo o sentimento com que nos associamos à comemoração, nesta Casa, do aniversário do 31 de Janeiro de 1891.

É apanágio das causas justas que, mesmo quando esmagadas, o simples facto de se terem levantado numa afirmação positiva se torne motivo para que, através do tempo, sejam evocadas como se de vitórias se tratassem. Efectivamente, os homens do 31 de Janeiro na altura foram derrotados, mas o seu exemplo, a sua afirmação de empenhamento pela liberdade e pela independência do povo português ficou como farol através da história e, para além de todas as vicissitudes e dificuldades, como afirmação sempre reiterada de que Portugal quer ser livre e quer seguir o exemplo desses homens, porventura anónimos, que nessa madrugada, no Porto, se revoltaram contra um conjunto de circunstâncias atentatórias da dignidade e da independência nacionais.

Penso que nesta data a melhor homenagem que a Assembleia da República pode prestar aos ideais que hoje celebramos consiste em reafirmar que o seu exemplo não será esquecido e que todos nós nos empenharemos decisivamente, hoje e agora, sejam quais forem as dificuldades, em seguir o seu exemplo, afirmando o nosso empenhamento na luta pela liberdade do povo português e pela independência da pátria, a quem todos nós, nesta data, prestamos muito sentida homenagem.

Aplausos do CDS, do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português não podia, como é óbvio, deixar de associar-se à evocação aqui feita pelo Sr. Deputado do PS Carlos Lage, relativa a esse marco histórico que é o 31 de Janeiro. Os homens do 31 de Janeiro deram a seu tempo, e na conjuntura da época, o seu contributo para a instauração de uma nova ordem, para a ruptura com a Monarquia e a instauração da República. Saudamos as massas popu-

lares e todos os homens que se empenharam na corajosa luta contra uma monarquia retrógrada e anquilosada. O 31 de Janeiro ficou como marco histórico na luta do povo português. Entendemos que a melhor homenagem que lhe podemos prestar é o nosso próprio empenhamento na construção de uma nova ordem democrática, no respeito pela opção socialista da nossa Constituição e do nosso povo, como o demonstrou nas sucessivas eleições após o 25 de Abril. Saudamos, ainda nos homens do 31 de Janeiro o seu exemplo corajoso na luta pela liberdade, pelo bem-estar do povo português e pela independência da pátria portuguesa.

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP também não pode deixar de se associar às palavras do Sr. Deputado Carlos Lage, que foram uma justa evocação do 31 de Janeiro de 1891, a que pouco mais teremos a acrescentar. Apenas pretendo deixar bem expresso, nesta homenagem aos homens do 31 de Janeiro, o significado que para todo o povo português deve constituir o 31 de Janeiro. Aliás, como o próprio Sr. Deputado Carlos Lage disse, ele constitui antes de mais a expressão da luta pela liberdade e pelo progresso deste país.

Não podemos, evidentemente, deixar de recordar que, se o 31 de Janeiro foi derrotado, se mais tarde a República, com todos os seus ideais de liberdade, de fraternidade e de igualdade, viria a ser derrotada e sufocada pela ditadura fascista, a experiência de todo um povo veio demonstrar, com o 25 de Abril, que ele alguma coisa aprendeu na história e alguma coisa aprendeu com os erros que se foram cometendo ao longo dela. Assim, no 25 de Abril, já não vimos a mesma, passe o termo, inocência em relação aos inimigos da liberdade e da democracia. O povo português já demonstrou uma outra consciência, já demonstrou ter-se apercebido de que a luta pela liberdade e pela democracia não se podia limitar a proclamações gerais, mas de que estava indiscutivelmente ligada à luta pelo socialismo, à instauração de verdadeiras organizações, como as comissões de trabalhadores e de moradores, e no 28 de Setembro e no 11 de Março o povo português deu provas de que tinha aprendido profundamente com os erros do passado que conduziram às derrotas dos seus ideais por parte de ditadores, como durante quarenta e oito anos aconteceu neste país. Ao evocar hoje o 31 de Janeiro e ao homenagear esses homens que se rebelaram erguendo o espírito, tantas vezes manifestado, pela democracia e pela liberdade do povo do Porto, nós queremos deixar aqui expresso que a UDP entende que o povo português, hoje mais experiente, aprendendo mesmo com as insuficiências, que até são compreensíveis e naturais, saberá, nas dificuldades actuais, levantar as bandeiras da liberdade, da democracia e do socialismo e derrotar as forças reacţionárias, a caminho da pátria livre e socialista pela qual nos batemos e que se levantará dos escom-

bro e da derrota das forças fascistas e reacţionárias deste país.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com certeza que a presidência desta Assembleia e a sua Mesa não podiam deixar de se associar emocionadamente às duas evocações aqui feitas, a primeira merecendo aplausos gerais e a segunda menos sublinhada. A primeira evocação é a do 31 de Janeiro de 1891 e a outra a do 3 de Fevereiro de 1927. Claro que compreendo perfeitamente que o fascínio de 31 de Janeiro, pela sua importância, pela sua relevância, possa, às vezes, fazer esquecer de certo modo a importância e a relevância que também teve o movimento de 3 de Fevereiro, com a manifestação contra a ditadura no Porto, secundada quatro dias depois, em Lisboa, com o 7 de Fevereiro.

Esta data de 31 de Janeiro, conforme foi dito pelos Srs. Deputados, é uma data extremamente importante para o povo português. Como já começo a ter privilégios de idade — o que é um bocado aborrecido para mim por já ter tantas lembranças, o que demonstra que efectivamente a idade está sendo implacável comigo, eu que não estou nada interessado em envelhecer, embora possa haver pessoas muito interessadas nisso, mas eu farei o possível para que tal não aconteça, com as minhas vitaminas e com uma ou outra hormona, se for caso disso ...

Risos.

... — posso-vos dizer, Srs. Deputados, que o 31 de Janeiro de 1891 foi-me contado ao vivo por uma das figuras mais importantes desse movimento e que não foi aqui focada, o tentente Manuel Maria Coelho. O velho tentente Coelho, que acabou por ser coronel do Exército Português e que, se hoje fosse vivo, naturalmente não passaria de coronel, porque não estaria disposto a ser general de aviário ...

Risos.

..., o velho tenente Coelho, que foi um dos combatentes da rua no 31 de Janeiro, contou-me muitas e variadas vezes o que foi aquela gesta do povo do Porto, a luta desproporcionada que se desencadeou nessa altura, numa época tão distante, e o que ela representou efectivamente de relevante, de catalisador da vontade republicana deste país. O tenente Manuel Maria Coelho, que morreu há já alguns anos — alguns dos que se encontram aqui presentes talvez se recordem dos artigos que ele escrevia, sobretudo com uma faceta anticlerical permanente, nos jornais, do tempo, como, por exemplo, *O Povo*, o *Diário Liberal*, os meus velhos jornais do tempo de estudante —, esse homem, que teria morrido, suponho eu, com mais de 80 anos, aí por altura dos seus setenta e tal anos veio ter comigo e propôs-me que fôssemos conspirar os dois. É claro que o pobre do Manuel Maria Coelho não sabia com certeza que não era com um par de conspiradores que se ia fazer uma revolução em Portugal contra a ditadura. Mas eu lembro o episódio só para lhes dar uma ideia da virilidade, da tenacidade, do entusiasmo, da juventude desse velho que só o era na idade.

Foi aqui assinalada a importância do 31 de Janeiro no que diz respeito à consagração definitiva dos ideais republicanos. Srs. Deputados, não-de desculpar que lhes diga uma coisa: eu oigo falar muito poucas vezes em república nesta Assembleia. Fala-se muito em democracia, fala-se muito contra o fascismo, fala-se noutras coisas, umas boas, outras assim-assim, mas a palavra «república» não anda aqui muito no ar. Eu acho que devíamos habituar-nos à ideia de que, se estamos aqui neste momento, devemos-lo sobretudo à presença e à luta dos republicanos que não desistiram no seu combate contra a ditadura. Os homens esquecem-se com facilidade dos acontecimentos pretéritos, mas o que é facto é que o 31 de Janeiro teve esse condão. Trata-se efectivamente de um movimento que trouxe agarrado a si uma parte intelectual, muito pouco conhecida também. Reparem que o 31 de Janeiro se segue à Geração de 70, com Antero de Quental, com Eça de Queirós, com Junqueiro, com Ortigão e com outros que prepararam, por assim dizer, o caldo intelectual onde podia desabrochar a ideia da República em Portugal. Note-se, no entanto, que esta ideia não terá nascido só em 31 de Janeiro, porque há até quem entenda que a própria República teria nascido em 1640.

Esta homenagem é pois uma homenagem extremamente justa, e associou-me com muita comoção a ela na recordação do meu querido e velho amigo Manuel Maria Coelho. Mas também não posso deixar passar a outra evocação feita pelo Sr. Deputado Carlos Lage, porque se encontram felizmente vivos muitos dos combatentes do 3 de Fevereiro, pelo que representou para este país esta data como manifestação revolucionária de rua contra a ditadura e ainda pela forma excepcionalmente valente como o povo do Porto se bateu nas ruas, desproporcionadamente, contra a serra do Pilar e contra as forças da ditadura então já organizadas pacientemente, embora depois o 3 de Fevereiro tivesse tido um epílogo desastrado, em Lisboa, com o 7 de Fevereiro. Entou-me a lembrar que era bem novo quando vi passar na Rua do Alecrim uma força de marinheiros e de alguns pés-descalços comandados por essa figura excepcional, tão pouco conhecida dos portugueses, que foi Agatão Lança. Era ele sozinho que comandava as tropas que se foram bater no Rato e bateu-se tão bravamente que foi juntar às suas cicatrizes do tempo de Sidónio as cicatrizes das balas do 7 de Fevereiro.

A Câmara poderia esperar que eu propusesse um voto de recordação e de sentimento em memória dos homens do 31 de Janeiro e do 3 de Fevereiro. Contudo — vão-me desculpar —, eu peço à Câmara que vitorie, de pé, a memória dos homens que permitiram que nós ainda hoje continuemos a ser republicanos neste país. A eles devemos tudo aquilo que somos.

De pé, Srs. Deputados!

Aplausos gerais, com a Assembleia de pé.

O Sr. Presidente: — Quero comunicar à Câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deliberou assumir as seguintes propostas de lei n.º 60/I, sobre as empresas em autogestão, e n.º 56/I, que cria o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão.

Há também um ofício da Comissão de Economia, Finanças e Plano que diz que no texto da proposta de lei n.º 95/I, aprovado por esta Assembleia e referente ao artigo 1.º, onde se lê: «mil e trezentos centímetros cúbicos», deverá ler-se «mil e seiscentos centímetros cúbicos», tendo este lapso de redacção alterado a intenção do legislador e da 6.ª Comissão que analisou a supracitada proposta de lei. Diz ainda o ofício: «Solicita a V. Exa., a Comissão de Economia, Finanças e Plano a rectificação, por forma que a expressão «mil e seiscentos centímetros cúbicos» passe a constar do texto do artigo 1.º da proposta de lei n.º 95/I.»

Por outro lado, quero apresentar os meus cumprimentos de boas-vindas aos Srs. Deputados António Barreto e Eduardo Pereira, que pela primeira vez vejo nesta Assembleia, e dizer-lhes quanto nos honra a sua presença, porque os Srs. Deputados, visto que agora são só deputados, vão continuar com certeza a prestar ao País os seus bons serviços, com a mesma dedicação e com o mesmo interesse que tiveram pela causa pública quando exerceram funções no Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Olívio Franca para uma intervenção.

O Sr. Olívio Franca (PSD): — Sr. Presidente e meus caros colegas: Vou fazer uma pequena intervenção em relação ao problema da droga, mas permitam-me que dê uma espécie de explicação, explicação que é usual quando se quer dizer algo que se afigura útil, fora da regra regimental.

Eu queria dizer a todos os meus colegas nesta Assembleia que tenho, embora de modo dissemelhante, uma palavra a dizer, se me é permitido, acerca do 31 de Janeiro e principalmente acerca do que foi o 3 de Fevereiro no Porto.

Eu tenho uma ideia, talvez um pouco dissemelhante, quando aprecio essa data histórica e de aparente derrota que as forças da liberdade e da República sofreram no 31 de Janeiro. É que me parece que, para além das causas próximas que determinaram o 31 de Janeiro, há outras causas que se apreendem através da história e que dão a ideia de que, após o tempo das Descobertas, após a renovação da pátria em 1640, após as guerras liberais, a partir de 1820 o povo português efectivamente teria caído numa frustração da qual não sabia como sair. Penso que, depois, todas as decadências se abateram sobre nós, como se esse período extraordinário dos descobrimentos nos tivesse cansado.

Então o povo português, em 31 de Janeiro, com o protesto contra o ultimato inglês que se tinha desenvolvido antes, tomou em si novas forças, como se porventura ele estivesse lutando contra a fraqueza nacional e pretendesse encontrar de qualquer modo uma nova saída para os valores materiais e morais da pátria. E assim é que o 31 de Janeiro surge como uma página viva que pretendia efectivamente cortar com o Sebastianismo triste em que Portugal se tinha afundado, criando realidades mais vivas, e quando nas ruas do Porto alguns homens se levantaram eles tinham nos olhos não só um problema ideológico, que nessa altura era a República, com a liberdade e a democracia, como também tinham, e principal-

mente, nos olhos uma nova visão de um Portugal enorme que eles queriam criar e que infelizmente não puderam.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É este o significado do 31 de Janeiro.

Quanto ao 3 de Fevereiro de 1927, só quero dizer-vos humildemente o seguinte: senti-me muito feliz por estar no meio dos homens que desencadearam essa revolução. Estive perto da batalha no dia da própria revolução e para, desconsoladamente, nem sequer poder dizer, como Napoleão quando se dirigia aos seus soldados: «Rapazes, podeis dizer que no dia da batalha de Austerlitz eu estive na batalha de Austerlitz.» Pois eu direi, desconsoladamente, Sr. Presidente e meus colegas: eu não estive na revolução de 3 de Fevereiro senão a mirar, como jovem que era, mas isso bastou para me retemperar as forças. Porém, infelizmente, nunca compreendi porque é que essa batalha do 3 de Fevereiro, que efectivamente foi uma batalha, havia de partir-se em fatias de modo a dividir as forças portuguesas e republicanas entre o 3 de Fevereiro no Porto e o 7 de Fevereiro em Lisboa, quando era certo que, se porventura os movimentos fossem convergentes, era possível que nós nos tivéssemos desembaraçado, não ao fim de quarenta e cinco anos, mas no fim de um ano, daquilo que veio a ser a página mais negra da história de Portugal contemporâneo.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por coincidência de uma sessão de esclarecimento em Braga, para a qual fui convidado por elementos do meu partido, em seguimento a ela fui assistir a um diálogo de jovens que tinha por objectivo a luta contra a droga.

A uma reduzida e simpática assistência, que foi aumentando no decurso da reunião, foi-me dado falar em tão momentoso assunto que escurece a nossa civilização e tamanhas e graves preocupações está criando por toda parte, rebentando com todas as barreiras que o cuidado de técnicos, psicólogos, juristas e políticos lhes tentam opor.

Alastra o mal como uma trágica epidemia. Diz-se que são as frustrações da juventude do nosso tempo que detêm a maior responsabilidade na expansão do mal, contudo me parece que essa não é a causa mais forte do que já está tomando conta dos elementos mais frágeis da nossa juventude. A frustração não podia conduzir à droga sem existir a droga, e sem que ela viesse tombar no seio dos jovens, como um maléfico e desesperado veneno; este é por sua natureza insidioso e tenaz inimigo, difícil de vencer, pois que conta com os seus aliados de sempre, aqueles homens inescrupulosos, onde o desejo ardente do ganho fácil supera, de longe, qualquer sentimento de fraternidade humana.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como atacar este mau fruto do pomar do Diabo?

Polícia, leis repressivas contra, principalmente, os dominadores do tráfico hedonista a cargo de verda-

deiras «mafias» e de uma interminável guerrilha de marginais, não basta.

Reeducação dos jovens apanhados nos festins estreitos, onde a mocidade se mata ou extingue lentamente?

Todas estas medidas são justas e adequadas, mas o sentimento da sua ineficácia é evidente em todos aqueles que se aproximam das áreas onde o letal problema se desencadeou.

Já nessa altura, em Braga, defendi que era chegado o momento de entregar aos jovens de boa vontade os melhores métodos de defesa contra a droga. São eles os que estão em especial posição de criarem uma defesa eficaz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E até a circunstância de confiarmos neles e na sua acção viva a grande tarefa abrirá, me parece, uma nova dimensão à luta.

A eles importará a criação de pequenas associações de ofensiva contra o mal, estreitamente ligadas às universidades e a toda a espécie de escolas de ensino, aos centros de trabalho, com a ajuda voluntária, quando solicitada, de centros médicos, hospitais, etc.

Os jovens estarão em situação privilegiada para organizarem uma rede de informação que lhes dê possibilidade de intervenções, não repressivas, mas de carácter fraternal e persuasivo. Só eles, nesse plano, estarão em circunstâncias de tomar um conhecimento mais exacto da amplitude do mal, e agirem piedosamente em relação aos que foram tornados prisioneiros dele.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se a juventude pôde agrupar-se em movimentos de escutismo de tipo internacional, e outros de vária convivência, aqui onde os quadros da doença social estão à vista, a batalha directa, persuasiva e imediata impõe-se.

Se os jovens após o 25 de Abril puseram em marcha métodos de iniciativa própria, para realizarem pequenas e até grandes obras de interesse local, estarão com certeza aptos a um trabalho que lhes diz profundamente respeito.

É uma experiência de uma certa espécie de auto-gestão de interesses morais, da qual se pode esperar um grande êxito, e mostrará que não foi em vão que toda uma nação se decidiu a confiar nos seus rapazes e raparigas, baixando-lhes para 18 anos o limite de entrega dos seus próprios destinos e independência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É este um vasto campo inexplorado, segundo penso, pelo menos entre nós, e na sequência da sua acção outras tarefas poderão advir alargadas a outros males, como seja a prostituição, o proxenetismo, o álcool e até o tabaco que invadiu o sector das raparigas e a sua mentalidade de tal maneira que lhes criou a ideia ilusória de que o cigarro é

um dos melhores sinais da sua independência perante o outro sexo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Há certamente grandes dificuldades nesta batalha contra a droga. Essas dificuldades dão-nos a resposta insidiosa e sórdida dos interesses em jogo, e até de uma certa análise feita no interior da própria fortaleza do mal, a qual pretende concluir que os efeitos das drogas mais em destaque não são mais perniciosos que o uso do tabaco. Esta é, sem dúvida, uma das formas mais sombrias de entorpecer a defesa contra a miséria social em crescente aumento, baralhando e desequilibrando e juntando as peças do complexo jogo ao ataque firme dos que estão interessados no extermínio da droga. Pois sem dúvida que também o tabaco é ruim produto, mas a experiência colectiva demonstra que é possível o domínio individual sobre o vício, e ainda que as suas sequelas não tenham, em regra, as graves consequências das outras drogas. Estas produzem a terrível habitação física e psíquica, e se entre elas existem as que assumem aspectos de aparente benignidade, o temeroso aspecto que contém está em facilitar numa escala progressiva a abertura às drogas de mais crescente malefício.

Não é meu propósito, nem está nas possibilidades de conhecimento de que não disponho, pôr em destaque as várias questões susceptíveis de serem levantadas em volta do problema da droga, desde a *marijuana*, a heroína, LSD e tantos outros produtos.

O mal é evidente e não precisa de complicada demonstração. Os métodos de luta é que podem ser melhorados. Eles vão aqui apontados, na lembrança de outros aproveitamentos do mesmo género.

Entregar aos jovens do meu país uma espécie de autodefesa, traduzida numa movimentação salutar, pelo menos nos grandes centros citadinos, onde a aglomeração da juventude que permitiu a aceleração do mal também possa proporcionar o contra-ataque enérgico e decidido que o detenha, é uma fórmula que pode conduzir a grandes êxitos.

Convém fixar-se que este movimento possível da juventude deve tomar todos os aspectos de uma luta de persuasão, de entreaajuda, de nobres pensamentos de compreensão e solidariedade, numa palavra, ela poderá ser tão bela, nas suas consequências, como a própria acção em marcha.

É este desafio que deixo aos moços e moças do meu país — criarem o vosso exército de paz e de autodefesa —, e as gerações presentes e principalmente as futuras abençoarão o vosso gesto, impregnado da mais profunda fraternidade humana.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moita.

O Sr. Manuel Moita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Seja qual for o Governo, a actividade do País tem de prosseguir, especialmente no que respeita à produção de alimentos: é uma actividade vital, quer para os que nela trabalham — os camponeses e os trabalhadores agrícolas — quer para

todos os portugueses, mesmo aqueles que estão empenhados em combater os interesses de quem trabalha.

O que nos faz fazer esta intervenção, Srs. Deputados, é o facto de estarmos a poucas semanas do início da campanha agrícola da Primavera, que é de grande importância para todos os portugueses, porque se houver condições para produzir mais alimentos também há condições para reforçar a nossa economia.

Muito se poderia ter progredido, se não fosse a política de desastre contra a Reforma Agrária e contra os pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros. Quem conduzia o Ministério da Agricultura e Pescas nesse período tinha como objectivo não o bem-estar do povo português mas sim a destruição daquilo que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos construíram com bastantes sacrifícios.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, foram retiradas aos trabalhadores terras que eles tinham semeadas para entregar àqueles que as deixaram a mato, no passado; por isso se chegou à situação de cortar o crédito indispensável ao prosseguimento dos trabalhos, ao mesmo tempo que se continua a entregar aos agrários milhares e milhares de contos.

Mas contra os ataques de toda a ordem, criados pela anterior equipa do MAP, desde os espancamentos em mulheres grávidas, em velhos e jovens, aos internamentos em hospitais, os trabalhadores das UCPs e cooperativas, numa vigorosa demonstração da sua decisão inabalável de defender a Reforma Agrária e construir o bem-estar do povo português, concretizaram as maiores sementeiras de Inverno, lançando à terra as sementeiras que, se o clima não nos atraíçoar, poderão dar uma das maiores colheitas de sempre.

Srs. Deputados, o êxito alcançado pelos trabalhadores nas sementeiras em tão adversas condições foi tão grande que até o Sr. Barreto teve de o reconhecer publicamente quando se deslocou a Beja.

O armazenamento dos cereais também está nas nossas preocupações. Que providências já tomou ou vai tomar o Instituto dos Cereais para nos garantir o armazenamento das cevadas dísticas e aveias? Se em 1976 houve grandes dificuldades e este ano existe maior área semeada! Como se vai escoar, a horas e tempo, o trigo, se não estiver todo um plano organizado? Que providências se vão tomar para que este ano não vá acontecer como nos anos anteriores, perdendo-se centenas de horas de trabalho em infundáveis bichas à porta dos silos, acontecendo mesmo serem as debulhadoras obrigadas a parar? Que garantias se vão dar às UCPs e cooperativas na aquisição de ceifeiras debulhadoras e *roulottes*, para se poder assegurar a recolha dos cereais rápida e eficazmente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos agora a poucas semanas de uma nova e importante campanha e por isso lançamos hoje e aqui este alerta, para que os novos responsáveis tomem a imediata consciência da situação e possam tomar a tempo as necessárias medidas.

Enquanto o país estava naturalmente atento à evolução política, os trabalhadores das UCPs e coopera-

tivas debateram as linhas fundamentais da produção agrícola da Primavera, que brevemente se iniciará. Agora é necessário que o Estado corresponda pela sua parte, mobilizando os meios de que dispõe para lhes dar o apoio indispensável. A principal linha de orientação dos trabalhadores consiste no aumento de produção por hectare. Este patriótico objectivo impõe duas condições; por um lado, uma assistência técnica capaz de levar às UCPs e cooperativas os conhecimentos necessários para a realização das sementeiras, tratamentos, adubações nas mais aconselháveis condições; e, por outro lado, os créditos necessários às aquisições dos factores de produção e das máquinas e sementes apropriadas e ao pagamento de salários que permitam aplicar a técnica recomendada.

Trata-se, Srs. Deputados, de um passo indispensável para aumentar a produtividade na agricultura, trazendo à Reforma Agrária as técnicas que os trabalhadores não conhecem, porque os agrários não as usavam, mas que exige que quer o aparelho oficial quer os seus técnicos estejam, também eles, à altura das suas responsabilidades. Não podemos continuar na situação de os primeiros responsáveis acusarem os trabalhadores que sofreram as consequências da fome, do desemprego, da miséria, dos arbítrios, das prisões e espancamentos, enquanto esses senhores andavam a estudar: eles estudaram, ganham o dinheiro, não para denegir os trabalhadores mas sim para aplicar os seus conhecimentos lá na terra e nas culturas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — Os trabalhadores querem cultivar mais girassol, mais grão, mais leguminosas e se dominam estas últimas, precisam do apoio que já referimos para o girassol, uma vez que se trata de uma cultura praticamente nova, da qual não há experiência, que para resultar não pode ser feita como alguns agrários faziam, mas sim com os cuidados de uma cultura a sério, que é portanto rentável se se utilizar a técnica devida.

Os trabalhadores querem aumentar as áreas de arroz, uma vez que dominam bem a cultura e as águas armazenadas são abundantes — assim venham sementes de qualidade apropriada; queremos manter a área de tomate, assim se estabeleçam preços capazes. Mas também queremos aumentar a área do tabaco nas zonas próprias e, para isso, é necessário que as plantas e assistência técnica não sejam de fraca qualidade, como o foram no ano passado. Queremos também aumentar a área de milho de regadio, e especialmente esta última cultura coloca ao Estado uma grande responsabilidade. A importação do milho representa qualquer coisa que envolve muitos milhões de contos e criou parte das dificuldades existentes com as rações.

Nós, trabalhadores das UCPs e cooperativas, estamos dispostos a produzi-lo, mas o Estado tem de corresponder dando condições para isso. Sugerimos condições do seguinte tipo:

Garantia de apoio técnico, compensação às UCPs e cooperativas por produções abaixo dos níveis esperados, subsídio e crédito para semeadores e máqui-

nas de colheita, instalações de secadores, formação profissional para a cultura. Estamos confiantes nas nossas possibilidades. Trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, podemos e queremos produzir mais, contribuir decisivamente para a diminuição das importações. É urgente, a tão pouco tempo da campanha da Primavera, que os novos responsáveis governamentais da agricultura assumam a responsabilidade que aceitaram e se empenhem, com respeito, a corresponder aos verdadeiros problemas dos agricultores e trabalhadores agrícolas, com respeito pela Reforma Agrária e com o apoio financeiro indispensável. Nós podemos produzir mais, o tempo é pouco e estamos atentos às medidas dos novos responsáveis.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Encontra-se na Mesa um requerimento pedindo o prolongamento do período de antes da ordem do dia, requerimento que está dentro dos requisitos regimentais. Contudo, vou interromper agora a sessão, pois há necessidade de proceder de imediato a uma reunião importante no meu gabinete. O Sr. Ministro Almeida Santos deve chegar cerca das 17 horas, mas podemos desde já começar a trocar algumas impressões.

O requerimento para o prolongamento do período de antes da ordem do dia está portanto deferido, mas esse prolongamento terá lugar só depois do intervalo, ou seja, às 18 horas.

Está interrompida a sessão.

Eram 16 horas e 40 minutos.

A seguir ao intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. **Presidente:** — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Vamos continuar, ainda no período de antes da ordem do dia, com o prolongamento de meia hora que foi solicitado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Antes, porém, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto para a leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. **Alexandre Reigoto (CDS):** —

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 31 de Janeiro de 1978, pelas 17.30 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de Deputados:

I — Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Vitor António Augusto Nunes de Sá Machado (círculo eleitoral de Aveiro), por Rui Mendes Tavares.

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca (círculo eleitoral de Braga), por Domingos da Silva Pereira.

Rui Eduardo Rodrigues Pena (círculo eleitoral de Leiria), por Abel Fernando Coelho Santiago.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são real e actualmente os primeiros candidatos eleitos ainda não solicitados na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelos referidos partidos nos respectivos círculos eleitorais.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: *Álvaro Monteiro* (PS) — Presidente; *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (PSD) — Vice-Presidente; *Alexandre Correia de Carvalho Reigoto* (CDS) — Secretário; *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP), *António Cândido Miranda Macedo* (PS), *Herculano Rodrigues Pires* (PS), *Amélia Cavaleira Monteiro de Andrade de Azevedo* (PSD), *Maria José Paulo Sampaio* (CDS).

O Sr. Presidente: — Não há objecções, Srs. Deputados?

Pausa.

Está portanto aprovado o relatório e parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa para uma intervenção.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No passado dia 24 o grupo parlamentar do meu partido recebeu uma delegação de representantes dos trabalhadores da empresa Construções Técnicas, que, após uma exposição fundamentada da sua empresa, chamaram a atenção para o agravamento dos conflitos sociais existentes em várias frentes de trabalho, nomeadamente na Aguieira, Raiva e Setúbal.

A administração das Construções Técnicas, no prosseguimento da desintervenção do Estado processada na empresa em Abril de 1977, não foi excepção à regra e à estratégia usada pelo patronato após a sua entrada nas empresas que tinham abandonado ou sabotado.

Reiniciando os vícios do passado, animada pela retaliação, a administração enveredou pela repressão, pelo cerceamento das liberdades, recusou sistematicamente o diálogo proposto pela comissão coordenadora das comissões de trabalhadores, culminando a sua

acção com a violação da acta única acordada entre os trabalhadores e a empresa, em Março de 1975, e que foi assinada pelos representantes dos trabalhadores, pelo patronato e por um delegado do Ministério do Trabalho.

Foi precisamente a violação dos direitos e regalias contidos nessa acta única que conduziu a que os trabalhadores das frentes de trabalho da Aguieira, Raiva e Setúbal decretassem legalmente a greve, esgotadas que foram todas as outras formas de entendimento face à intransigência e à prepotência da administração.

Atingindo duramente os interesses dos trabalhadores em regime eventual que estão para ser despedidos (várias centenas), os representantes da entidade patronal indemnizam em seis dias por ano de serviço (dos trinta que a acta única prevê) os despedidos sem o pré-aviso estabelecido e sem ter em conta a antiguidade do trabalhador, acompanhando a sua medida discricionária com a sentença de que «se não estás bem, vai queixar-te ao tribunal».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Jogando nas deficiências do funcionamento dos tribunais, aproveitando a acumulação de milhares e milhares de processos em litígio, motivada pelas acções repressivas do patronato sobre os trabalhadores, servindo-se da indiferença e da incapacidade que existe da parte dos departamentos governamentais, a administração das Construções Técnicas atropela os seus compromissos, desrespeita as leis vigentes, sente-se, enfim, dona e senhora para fazer aquilo que muito bem entende, como se não estivesse num país onde existe o regime democrático e cuja Constituição salvaguarda as liberdades e direitos dos trabalhadores.

Os objectivos reais dos administradores das Construções Técnicas não são meramente económicos. Procurando escamotear os problemas de fundo com que se debate a empresa, devido à gestão ruinosa que praticaram antes do 25 de Abril e até à intervenção do Estado, as manobras que têm vindo a desenvolver inserem-se numa tentativa mais vasta de desestabilização social a vários níveis, com aproveitamento das forças reaccionárias e do grande capital.

A demonstrar esta afirmação, e no prosseguimento da sua irredutibilidade em dialogar com os trabalhadores em luta, a administração resolveu cortar os subsídios de alimentação a mais de mil trabalhadores das barragens da Aguieira e da Raiva, tornando impossível o fornecimento de refeições devido às condições do próprio local de trabalho e que na prática significa tentar vencer os trabalhadores pela fome.

Procurando levar os trabalhadores ao desemprego, procurando que estes radicalizem as suas formas de actuação, pretende-se conduzir este conflito social para campos que levem a uma intervenção repressiva com prejuízos e consequências negativas para os trabalhadores e para a economia nacional, tendo em conta a importância das obras da barragem da Aguieira, da Raiva e da central termoelectrica de Setúbal.

A resposta serena, mas firme, dos trabalhadores, através da deliberação tomada de salvaguardar a manutenção das instalações e do equipamento nas suas frentes de trabalho, ao lado dos seus camaradas de Setúbal, é a melhor prova de que os trabalhadores

estão conscientes das suas responsabilidades, embora dispostos a lutarem pelos direitos e regalias sociais que alcançaram depois do 25 de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem beneficia com o impasse e agravamento dos conflitos existentes nas Construções Técnicas?

Que se pretende quando se violentam frontalmente direitos adquiridos pelos trabalhadores, com desprezo pelos acordos assumidos?

A quem se devem exigir responsabilidades depois de os trabalhadores verem fechadas todas as portas dos organismos do Estado a que foram bater?

A empresa Construções Técnicas, com os seus cerca de três mil postos de trabalho, e pelo interesse nacional de que se reveste, é demasiado importante para que o Governo permita que uma administração procure, com o argumento da repressão e da desestabilização, conduzir a empresa para situações de degeneração e agravamento económico e financeiro.

Sem prejuízo de uma futura análise com mais profundidade do resultado das desintervenções do Estado e da situação dessas empresas que foram devolvidas ao patronato, queremos hoje aqui deixar este alerta e o desmascaramento de uma administração que, primeiro pela repressão, depois pela violação de direitos adquiridos, e, por último, pela fome, procura afectar mais de mil trabalhadores das barragens da Aguiçeira e da Raiva à sombra de uma impunidade que não pode ser admitida no Portugal democrático de hoje.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Mais algum grupo parlamentar deseja utilizar os cinco minutos a que tem direito?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Fontoura.

O Sr. Pires Fontoura (PSD): — Sr. Presidente Srs. Deputados: Pensei muito antes de usar da palavra neste hemisfério, indico, se deveria fazê-lo ou se melhor seria aguardar que o novo governo comece a dar solução aos múltiplos problemas que todos os dias lhe são presentes e se agravam, sem resolução.

Pensei muito, porque falar só por falar, para que as pobres e boas gentes das esquecidas terras transmontanas saibam que se falou nos seus problemas, é, quanto a mim, deconecto, pois raras vezes se lhes faz justiça resolvendo-os, apesar de por de mais conhecidos.

Hesitei também, porque não gostaria que a minha voz fosse mais um grito no deserto, como tantos outros saídos de lábios cansados e em desespero e que se perderam na aridez dos corações daqueles que podiam e deviam responder-lhe e não o fizeram.

Mas como água mole em pedra dura tanto dá até que fura, decidi-me juntar a minha voz à de tantos Srs. Deputados que aqui tão brilhantemente o fizeram já, engrossando a gota de água, mole é cento, mas que constante e pacientemente irá ajudar a demolir a rigidez e resistência dos responsáveis pelo Governo deste país.

As terras outrora cultivadas negrejam há muito abandonadas pelos homens válidos que, desiludidos, mais pobres e em luta aberta contra a fome e infor-

túnio, demandaram, a salto, como foragidos, terras do estrangeiro na esperança de obterem outros lucros, sabe Deus por que preço.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As mulheres, crianças e velhos viram, com a emigração dos seus maridos, pais e filhos, aumentar as suas dificuldades e necessidades. Ouviram um dia falar na revolução de Abril, nascendo com ela uma nova esperança nos seus corações. O tempo foi passando, as promessas feitas não se realizaram, do estrangeiro já não vem com abundância o dinheiro indispensável para poder fazer face às despesas quotidianas e, aos poucos, essa esperança vai esmorecendo, e permita Deus que não desapareça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nunca será de mais falar nas carências e nos reais problemas suportados com uma paciência de dimensão desconhecida pelas pobres gentes das terras transmontanas.

Tudo ou quase tudo lhes falta e por mais que tente relacionar essas carências e problemas haverá sempre mais uma, quizá a mais importante, que me escapa.

Pela limitação do tempo de que disponho não poderei desenvolver capazmente uma ou duas, quando muito, das carências de entre tantas que, Santo Deus, são farturinha nas nossas terras. Prometo futuramente dar a cada uma delas o relevo e importância que merecem.

Assim irei falar, não por ordem de importância, pois todas são importantes, mas naquelas que me parece merecerem, neste momento, uma certa prioridade e porque são o principal escolho e empecilho à entrada do progresso nas terras de Trás-os-Montes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mesmo assim, por onde começar?

Pelo ensino, saúde, assistência na velhice, vias de comunicação, abastecimento de água, distribuição de energia eléctrica, habitação, saneamento básico, que sei eu, se tudo ou quase tudo nos falta?

Como sem boas, ou pelo menos funcionais, vias de comunicação, escuradas, caminhos de ferro, via fluvial, e porque não, via aérea, os povos não se podem desenvolver e progredir, será por elas que irei começar.

É a província de Trás-os-Montes servida por três grandes encruzilhadas que convergem ao grande centro, cidade do Porto. São elas: Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real. Uma terceira via segue a ligação ao sul através da Régua.

Cada uma daquelas encruzilhadas é servida, respectivamente, pelas seguintes vias: Estrada Nacional n.º 103, por Braga, Estrada Nacional n.º 206 por Ribeira de Pena e Mondim de Basto, e Estrada Nacional n.º 15, por Amarante. Estas vias apontam a ligação do grande centro Porto, convergindo em sentido oposto a Bragança a caminho da Europa através de Espanha.

A ligação ao sul do país faz-se pessimamente no distrito de Vila Real, através da Estrada Nacional

n.º 2, pela Régua, Lamego e Viseu. Para se fazer uma ideia da qualidade desta estrada bastará dizer que da Régua a Lamego (12 km apenas) tem cerca de cento e vinte e seis curvas.

Em especial devido à construção das grandes barragens do Alto Rabagão e Baixo Barroco, sofreu a Estrada Nacional n.º 103 consideráveis beneficiações ao longo das abutadeiras das mesmas, mantendo-se, no entanto, os troços entre Chaves e as já referidas abutadeiras no seu primitivo estado.

Há anos a Estrada Nacional n.º 206 sofreu beneficiações no troço compreendido entre Ribeira de Pena e as aldeias então isoladas da serra do Alvão. Tanto a Estrada Nacional n.º 15 como a Estrada Nacional n.º 2, desde há dezenas de anos não têm sofrido senão obras de conservação e estas apenas por parte da Direcção de Estradas de Vila Real, cuja obra louvamos, as quais vão permitindo que se passe, não sem especiais cuidados.

Há três ou quatro anos falou-se insistentemente no arranjo das estradas nacionais do distrito de Vila Real, tendo mesmo até constado haver já projecto para a rectificação da Estrada Nacional n.º 2 (Chaves-Régua), mas até hoje nada se sabe de concreto.

Sendo embora do nosso conhecimento que já foi dotado para execução durante este ano o projecto de rectificação da Estrada Nacional n.º 15 (Amarante-Vila Real), resta-nos esperar que na sua realização se não gaste tempo igual ao que decorreu até se escolher o traçado definitivo — dez longos anos.

Assim, e em face deste panorama, torna-se indispensável na prática, para que o progresso entre livremente nas terras esquecidas de Trás-os-Montes:

- 1.º Esperar que o estudo da revisão da Estrada Nacional n.º 15 seja uma realidade e se harmonize com o projecto, quer em escala quer em serventia, do traçado da auto-estrada de Penafiel, em especial no troço entre Vila Real e aquela cidade e com não menos importância entre Vila Real-Miranda-Bragança;
- 2.º Total rectificação da Estrada Nacional n.º 2 de Chaves até Bógone sobre Magueija e proximidade de Castro de Aire para integração na futura auto-estrada para Aveiro e ligação a Coimbra; com imediata reparação e alargamento do troço Chaves-Espanha, tendo em consideração o posto fronteiriço de Vila Verde da Raia, que é, em movimento, o segundo do País;
- 3.º Rectificação da Estrada Nacional n.º 206, entre Vila Pouca de Aguiar e o planalto da serra do Alvão;
- 4.º Rectificação da Estrada Nacional n.º 103, entre Chaves e as barragens do Alto Rabagão, e outro tanto depois, entre Pinheiro e proximidades de Braga;
- 5.º Construção da Estrada Nacional n.º 313 e 312-1, ligando a sede do distrito, Vila Real, aos concelhos de Ribeira de Pena e Mondim de Basto, servindo-se assim, e finalmente, trinta e quatro povoações (Bilhó, Vilar de Ferreiros, Ermelo, Lamas d'Olo,

entre outras) que tristemente vegetam no planalto do Alvão, nas mais precárias condições de vivência, olhando, desiludidas algumas delas, a cidade de Vila Real, a seus pés, no fundo da encosta sem lá poderem chegar tão facilmente quanto parece!

- 6.º A rectificação da Estrada Nacional n.º 311, entre Vidago e Boticas, e o seu complemento até ao entroncamento com a Estrada Nacional n.º 311-1, na freguesia de Salto, no concelho de Montalegre.

Por acréscimo, e ainda como necessidades vitais e indispensáveis ao desenvolvimento socio-económico-cultural e turístico do distrito de Vila Real, são indispensáveis:

- a) A rectificação da Estrada Nacional n.º 313, entre Vila Seca de Poiares e a Régua;
- b) Construção da Estrada Nacional n.º 312, entre Ribeira de Pena e Boticas, satisfazendo uma velha aspiração de ligação directa entre os dois concelhos vizinhos que têm vivido ao longo do tempo de costas voltadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quanto a estradas, suponho ter falado no essencial, ainda que muito de fugida.

Via férrea — Que dizer do que foi até hoje a linha do Corgo? Pelo seu traçado sinuoso, pelo seu obsoleto, inestético e incómodo material de tracção em circulação, digno de museu, é um verdadeiro atentado feito a todos quantos trabalham e vivem nessas pobres terras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Digo até hoje porque, desde há dias que entraram em funcionamento novas locomotivas Diesel, que para já só têm a vantagem de não pegar fogo às matas e vinhas das propriedades limítrofes, pois o restante material continua a ser o mesmo, onde o aquecimento no Inverno não existe e a chuva e neve são muitas vezes visitantes incómodos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Soubemos e alegramo-nos com a notícia de que brevemente este material de transporte vai ser substituído com gradual alteração e rectificação do actual traçado.

Quero neste momento solidarizar-me com a tristeza e naturais apreensões das humildes gentes de algumas povoações utentes da linha do Corgo que com estas inovações vêem passar o comboio que agora não pára, talvez para ser mais rápido entre Régua-Vila Real-Chaves, sem as servirem, ainda que deficientemente. Permitto-me, assim, alertar a CP para a indispensabilidade em manter servidas essas povoações, algumas das quais sem outro meio de comunicação com os maiores centros.

Via Aérea-Aérodromos — Tem o distrito de Vila Real dois aérodromos: Chaves e Vila Real. Se o primeiro se mantém ainda operacional, o segundo há já bastante tempo que a sua pista de construção recente foi considerada imprópria, por não reunir as

condições mínimas de segurança, para continuarem a realizar-se os voos semanais Porto-Chaves-Vila Real-Lisboa, que muito beneficiavam a região.

Face a tal situação, impõe-se:

- 1.º A regularização do piso da pista de Vila Real, que terá de ser efectuado mediante uma recarga de betaminoso sobre o pavimento;
- 2.º Equipamentos de rádio para ligação terra-ar dos dois aérodromos.

Para além disto, e para que efectivamente o aérodromo de Vila Real responda cabalmente ao fim para que foi feito, conviria dar solução:

- a) A construção de um modesto edifício para aerogare;
- b) A ampliação da pista em cerca de 200 m, por forma a ficar operacional a aviões de maior «calado».

Apelamos para a boa vontade da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil para financiar os empreendimentos enunciados, tão modestos se nos afiguram.

Via fluvial-Rio Douro — Sobre a navegabilidade do rio Douro, que idêz?

Pedir apenas que se acelerem as obras de adaptação em curso e se ultimem os estudos das restantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos do muito que pedimos, mas que nada é comparado com o muitíssimo que necessitamos. Para terminar, quero relembrar as palavras do Dr. Mário Soares quando na qualidade de Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional disse: «...de que Trás-os-Montes nunca mais precisava de mendigar o progresso a que tem direito».

Voices do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Supomos que, pela demora, já fizemos jus a tal direito e só vencidas estas dificuldades poderemos ver chegar finalmente o progresso e desenvolvimento a terras de Trás-os-Montes.

Tenho dito.

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado do CDS Alexandre Reigoto.

O Sr. Presidente: — Há mais algum grupo parlamentar que deseje utilizar os cinco minutos que o Regimento lhe faculta?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento de Azevedo.

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando em 10 de Dezembro de 1976, na Assembleia da República, manifestei congratulação pelo decreto-lei aprovado dias antes pelo Conselho de Ministros do I Governo Constitucional que criava «o Instituto de António Sérgio do sector cooperativo», procurei nessa altura chamar a atenção do hemiciclo para a importância da consolidação e desenvolvimento do cooperativismo em Portugal, como factor primordial para o enraizamento da democracia

e para se vencer a crise económica que nos afectava. Afirmei então:

«Ao consagrar-se na Constituição uma das aspirações e uma das conquistas mais desejadas neste país, conferindo ao cooperativismo um papel relevante como um dos meios essenciais para se atingir a sociedade democrática e socialista; ao dar-se a dignidade constitucional ao livre associativismo como forma de propriedade social, na charneira entre o sector público e o sector privado, reconheceu-se o contributo decisivo que o cooperativismo pode trazer à superação das relações de produção capitalistas e, tanto mais importantes quanto o movimento cooperativo se desenvolver com capacidade de resposta, harmoniosamente, com segurança, e for capaz de constituir um meio para a instituição de novas relações sociais de produção em que o esforço e a capacidade de cada um seja em favor da colectividade e não forma de exploração do trabalho».

Depois de ter enumerado alguns dados bem demonstrativos da força do movimento cooperativo dos países inscritos na Aliança Cooperativa Internacional, a qual abrange actualmente 326 milhões de cooperadores, referi-me ao Programa do I Governo Constitucional que «ao conferir ao sector de propriedade social, nos termos constitucionais, um papel de relevo no planeamento e na organização da economia, atendeu nesse facto e, como instrumento democrático do projecto socialista, comprometeu-se a fomentar o sector de propriedade social e, nomeadamente, o sector cooperativo». E mais adiante afirmei:

A situação económica nacional caracteriza-se genericamente pelos seguintes parâmetros: subprodução generalizada, desemprego, carência de vida, falta de produtos alimentares essenciais que nos obrigam a importar cerca de 23 milhões de contos (nessa altura...), e que ajudam de forma muito sensível ao desequilíbrio da nossa balança de pagamentos, o que além de eliminar algumas conquistas salariais poderão conduzir-nos ao agravamento incomportável da independência externa e, a médio prazo, poderão conduzir-nos a modelos político-sociais não desejáveis.

A democracia económica implica que todos participem conscientemente nas decisões mais relevantes nos seus órgãos de produção e que a participação de cada um e de todos se faça de harmonia com os seus méritos e com o seu interesse social. O socialismo perfigura o controlo social da propriedade, o lançamento do planeamento democrático, ou seja, descentralizado e completamente participado, e a pressão constante do meio administrativo, cultural, moral, mental, em síntese, social circundante incluindo o aparelho de Estado. E se a democracia económica implica a participação equilibrada e justa, a ideia cooperativista não a contraria. O controlo dos meios de produção pode fazer-se de outras maneiras. Mas a forma cooperativista é indiscutível e está consagrada constitucionalmente como uma forma privilegiada desse controlo. O planeamento democrático exigindo a participação de todos é também um conceito próximo do cooperativismo. Também a transformação dos meios circundantes

poderá ser processada pela divulgação sistemática e, consequentemente, da ideia de cooperação.

Eis porque, em síntese do desenvolvimento, o cooperativismo nos surge como uma das formas privilegiadas de resolução dos grandes problemas nacionais na conquista da democracia económica e da construção do socialismo democrático.

Na realidade, o cooperativismo tem um papel fundamental a desempenhar, porque, além de ser um factor importantíssimo para minorar o desemprego, criando inúmeros postos de trabalho, poderá lançar as bases a uma vivência democrática e cooperante, base única e estável do socialismo, se se tiver em conta as especificidades micro-sociológicas de cada região.

Já há cerca de dois anos que apresentámos e defendemos um projecto que apontava para soluções, fomento e desenvolvimento cooperativo. Na realidade, o projecto era ambicioso e não estavam criadas condições propícias por forma a merecer dos responsáveis os apoios necessários. Entenda-se — e bem — que o cooperativismo deveria ter a sua própria dinâmica e a sua própria independência. O que não invalida a necessidade do apoio estatal urgente e necessário. Assim o entendeu também o I Governo Constitucional, que, ao apresentar o seu programa, pôs como única condição a obediência aos princípios da Aliança Cooperativa Internacional entre nós difundidos por António Sérgio.

A discussão deste problema mereceu igualmente conclusões muito positivas nos encontros que os socialistas têm tido nos seus quadros no Porto e em Barcelos, conclusões que são já do conhecimento público. Na verdade, também mereceu algumas iniciativas e apoios do Governo dignos de registo.

Mas — verdade seja dita — igualmente encontrou algumas incompreensões em sectores responsáveis que deveriam ter apoiado com maior eficácia e determinação o sector social e cooperativo. O seu desenvolvimento regional, devidamente planificado, apoiado técnica e financeiramente, não deve ser sustido por teias burocráticas ou por interesses antagónicos. É evidente que não somos a favor do permanente improvisado — um dos grandes males nacionais —, e não somos apologistas do desenvolvimento anárquico e oportunista do cooperativismo. Entendemos prioritária a revisão da legislação vigente e que data desde 1867; a formação dos cooperadores; o incentivo às inúmeras iniciativas válidas; a intensificação do crédito bonificado e a difusão do cooperativismo a todos os níveis do ensino.

Dinamizadas estas condições, teremos então um avanço substancial e sólido do ainda incipiente movimento cooperativo português, tão necessitado de estruturas de apoio que melhor lhe permitam consolidar-se e resistir à concorrência e aos circuitos clássicos detentores dos meios de produção e de distribuição, recriando ao mesmo tempo a moralidade dos consumos e preços e desenvolvendo o conceito de responsabilidade no trabalho e consequente aumento da produtividade.

Relembremos, para finalizar, algumas palavras de António Sérgio:

[...] O cooperativismo, para mim, não foi só um meio, um instrumento, um caminho, porque foi sempre a meta, porque foi sempre um fim.

Sempre considerei como uma fórmula de vida, uma estrutura social; como um sistema, uma solução, um ideal, um alvo, um objectivo para todos, que a todos se dirige, que se não recusa a ninguém.

Uma civilização mais perfeita, em que a realidade do dirigismo e da planificação económica é conciliada com a liberdade do trabalhador que controla, com a existência da iniciativa dos trabalhadores associados...

[...] a teoria da economia que parte do homem como consumidor, para valer ao homem como consumidor [...].

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD e do PCP.

O Sr. Presidente: — O Grupo Parlamentar do CDS deseja fazer alguma intervenção?

Pausa.

Como não há mais intervenções, vou dar a palavra à Sr.^a Secretária Maria José Sampaio, para proceder à leitura de um comunicado do Grupo Parlamentar do PS, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República.

A Sr.^a Secretária (Maria José Sampaio): É do teor seguinte o comunicado:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista informa V. Ex.^a que os Deputados a seguir mencionados, cujo mandato se encontrava suspenso em virtude de serem membros do I Governo Constitucional, retomam o seu lugar na Assembleia da República, por terem cessado as respectivas funções:

Armando Bacelar (Braga), Manuel Alegre de Melo Duarte (Coimbra), António Ribeiro Campos (Coimbra), Joaquim Barros de Sousa (Coimbra), António Machado Rodrigues (Évora), Luís Filipe Nascimento Madeira (Faro), Pedro Santos Coelho (Faro), Eduardo Ribeiro Pereira (Guarda), Manuel Tito de Morais (Viana do Castelo), António Miguel de Moraes Barrato (Vila Real), Jorge Campinos (Funchal), Emídio Rui Vilar (Porto), João Lima (Emigração).

Por integrarem o II Governo Constitucional, os Deputados a seguir indicados continuam com os mandatos suspensos:

Mário Alberto Nobre Soares (Lisboa), Mário Sottomayor Cardia (Lisboa), Vítor Constâncio (Lisboa), Alberto Marques de Oliveira e Silva (Viana do Castelo), António Sousa Gomes (Bragança), Manuel Ferreira de Lima (Santarém), António Maldonado Goncalves (Setúbal).

O Deputado seguinte suspende o mandato por ir integrar o II Governo Constitucional:

António Arnaut (Coimbra).

Em consequência do exposto, cessam o exercício dos seus mandatos os seguintes Deputados:

Manuel Augusto de Jesus Lima (Viana do Castelo), António Magalhães da Silva (Braga), Fernando Abel Simões (Coimbra), Fernando Gomes Vasco (Coimbra), Florêncio Matias (Évora), Manuel João Cristino (Faro), Manuel Barroso Proença (Faro), José Menano do Amaral (Guarda), Vitor Fernandes de Almeida (Vila Real), Alberto Monteiro de Aguiar (Funchal), Maria Alzira de Lemos (Emigração), Serafim Olindo Ramos (Porto).

O Sr. **Presidente**: — Informo os Srs. Deputados de que a matéria que estava destinada hoje para ordem do dia não poderá ser discutida, pelo que terminamos aqui a nossa reunião.

A próxima reunião plenária será na quinta-feira, pelas 16 horas, com a apresentação, pelo Sr. Primeiro-Ministro, do Programa do II Governo Constitucional. Depois da apresentação, seguir-se-á um período de debate, com perguntas e respostas. Só mais tarde, na semana seguinte, é que o debate continuará por mais alguns dias.

Queria ainda informar os Srs. Deputados de que amanhã, quarta-feira e sexta-feira haverá trabalho de comissões.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel de Oliveira Guterres.
Armando Bacelar.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Jaime José Matos da Gama.
João da Silva.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
Manuel Tito de Morais.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Sérgio Augusto Nunes Simões.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amantino Marques Pereira de Lemos.
António das Neves Costa.
António Coutinho Monteiro de Freitas.
Armando António Correia.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Fernando José da Costa.
Fernando José Sequeira Roriz.
Francisco Barbosa da Costa.
João Afonso Gonçalves.
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
Jorge Ferreira de Castro.

José Ângelo Ferreira Correia.
José Bento Gonçalves.
José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
José Rui Sousa Fernandes.
Manuel Cunha Rodrigues.
Nuno Gil Pires.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco Manuel Farromba Vilela.
José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
Domingos Abrantes Ferreira.
Jaime dos Santos Serra.
Joaquim Gomes dos Santos.
Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Sanches Esteves.
António Machado Rodrigues.
António Ribeiro Campos.
Aquilino Ribeiro Machado.
Armando dos Santos Lopes.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Emídio Rui Vilar.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Francisco Soares Mesquita Machado.
Jerónimo da Silva Pereira.
João Lima.
Joaquim Barros de Sousa.
Jorge Campinos.
José Luís do Amaral Nunes.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel Alegre.
Manuel da Mata de Cáceres.
Manuel Pereira Dias.
Maria Margarida Ramos de Carvalho.
Mário Manuel Cal Brandão.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Pedro Santos Coelho.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barroso Marques de Figueiredo.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António José dos Santos Moreira da Silva.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
António Manuel Barata Portugal.
Carlos Alberto Coelho de Sousa.
Eduardo José Vieira.
Fernando Adriano Pinto.
Francisco Braga Barroso.
Henrique Manuel de Pontes Leça.
João António Martelo de Oliveira.
Jorge de Figueiredo Dias.
José Adriano Gago Vitorino.
José Ferreira Júnior.
Júlio Maria Alves da Silva.
Manuel Joaquim Morcira Moutinho.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Mário Fernando de Campos Pinto.
Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

Abel Fernando Coelho Santiago.
Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.

Angelo Alberto Rivas da Silva Vieira.
Carlos Martins Robalo.
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
Domingos da Silva Ferreira.
Emílio Leitão Paulo.
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
João Gomes de Abreu de Lima.
João Lopes Porto.
João da Silva Mendes Morgado.
José Manuel Macedo Pereira.
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
Narana Sinai Coissoró.
Nuno Kruz Abecassis.
Rui Mendes Tavares.
Rui Garcia de Oliveira.
Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

António Marques Pedrosa.
Joaquim S. Rocha Felgueiras.
José Manuel Paiva Jara.
Manuel Pereira Franco.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO,
José Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 9\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA